

1 **ATA DA 48ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO PARTICIPATIVA**
2 **– CTGPar.**

3
4 Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às
5 09h25min. por videoconferência através da plataforma Zoom, ocorreu a 48ª
6 Reunião da Câmara Técnica de Gestão Participativa - CTGPar, instituída pela
7 Resolução nº 33 de 18 de março de 2010, com a seguinte pauta: I. Aprovar a ata
8 da 47ª reunião da CT; II. Dar continuidade na análise do processo SEMA-PRO-
9 2025/27413 - Parecer Jurídico nº 00174/2025/SGDMA/PGEMT, para deliberação
10 sobre a recomposição do CBH Alto Rio das Mortes e sobre as adequações
11 necessárias à Resolução nº 167/2023, inclusive quanto ao modelo de edital de
12 convocação e ao respectivo regimento interno. Estavam presentes: Sr. Leandro
13 Obadowiski Bruno, representante da **SEMA**; Sra. Carolina Joana da Silva
14 Nogueira, representante da **SECITECI**; Sr. Marcos dos Santos, representante da
15 vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza e Sra.
16 Luciana Regina Egewarth, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**;
17 Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo, representante da vaga 01 dos **CBH-RH**
18 **Paraguai**; Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representante da **ABES**; Sra.
19 Leonice de Souza Lotufo, representante do **SINGTUR**. Os convidados: Sra. Maíra
20 Ribeiro, representante da FUNAI (CBH Alto Rio das Mortes); Sr. Magno Silvestri,
21 representante da UFMT (CBH Alto Rio das Mortes); e, Sr. Adriano Voigt,
22 representante da Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio das
23 Mortes. A presidente deu início a reunião e colocou em apreciação a ata da
24 reunião anterior. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de alteração,
25 foi aprovada por unanimidade, a ata da 47ª reunião da CT. Após, passou-se a
26 análise do processo SEMA-PRO-2025/27413. A presidente explicou que o item
27 tratava da adequação da composição do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do
28 Alto Rio das Mortes, especialmente quanto à inclusão da Funai e das
29 comunidades indígenas na estrutura do comitê. Relembrou que na reunião
30 anterior haviam sido solicitadas informações complementares e que alguns
31 conselheiros se comprometeram a buscar referências durante o Encontro
32 Nacional de Comitês de Bacias (ENCOB). Leonice Lotufo relatou ter consultado
33 representantes de outros comitês e fóruns durante o ENCOB, destacando que as

34 opiniões são divergentes: Alguns defendem que o comitê de bacia é soberano e
35 possui autonomia para deliberar sobre sua própria composição e funcionamento,
36 desde que respeite as normas gerais; Outros entendem que, diante de
37 recomendações do Ministério Público, o comitê deve acatar, ainda que discorde,
38 sob risco de questionamentos legais. Leonice Lotufo reforçou que os comitês são
39 espaços de construção de consenso, e não de imposição de regras, enfatizando
40 a importância do diálogo e da escuta mútua entre governo, sociedade civil e
41 comunidades tradicionais. Maíra Ribeiro apresentou um relato detalhado sobre o
42 contexto da participação indígena. Explicou que: A Funai e os povos indígenas
43 não participaram de forma efetiva do processo eleitoral que compôs o comitê;
44 Houve tentativa de diálogo e foi elaborado um ofício solicitando maior inclusão da
45 Funai e das comunidades indígenas, com base na Lei de Águas; Após conversas
46 com lideranças, verificou-se o desejo dos povos Xavante de ampliarem sua
47 representatividade, propondo uma vaga por terra indígena dentro da bacia
48 (Sangradouro, São Marcos, Areões, Meruri). Maíra Ribeiro ressaltou que os
49 Xavante rejeitaram a proposta inicial de criação de uma Câmara Técnica
50 específica, pois essa estrutura não lhes garantiria direito a voto, preferindo ter
51 representação plena no plenário do comitê. Destacou que a criação de uma
52 Câmara Técnica, no entanto, pode ser útil para preparar pautas e capacitar
53 representantes indígenas, facilitando sua participação nas reuniões ordinárias do
54 CBH. Leandro Obadowiski apresentou uma análise institucional e jurídica sobre
55 o tema. Informou que a SEMA teve acesso ao Parecer Jurídico n.
56 00174/2025/SGDMA/PGEMT da Subprocuradoria-Geral de Meio Ambiente
57 (SUBPGMA), ao ofício da Funai e às leis federal e estadual de recursos hídricos,
58 destacando pontos principais: A Política Nacional de Recursos Hídricos determina
59 que, em bacias com terras indígenas, deve haver representação obrigatória da
60 Funai e das comunidades indígenas; A Política Estadual de Recursos Hídricos de
61 Mato Grosso também assegura a participação de comunidades tradicionais com
62 interesse direto na bacia; O parecer jurídico reconhece que a Funai e os povos
63 indígenas devem constituir um segmento autônomo, não incluído nem no poder
64 público nem na sociedade civil, de modo a preservar a paridade legal entre os
65 segmentos; A ausência dessa representação compromete a legalidade e a
66 legitimidade da composição do comitê. Leandro Obadowiski ainda pontuou que o

67 ofício da Funai sugere: Inclusão de representantes das quatro terras indígenas
68 inseridas na bacia (Sangradouro, São Marcos, Areões e Meruri) e outras sete com
69 interesses diretos no Rio das Mortes; Utilização de meios de comunicação
70 culturalmente adequados, evitando a divulgação apenas via Diário Oficial;
71 Reconhecimento da autonomia sociopolítica de cada terra indígena, uma vez que
72 a representação por eleição única não reflete a forma tradicional de decisão dos
73 povos originários. Luciana Egewarth afirmou compreender a importância da
74 inclusão, mas alertou para as dificuldades práticas: Necessidade de tradução
75 simultânea em reuniões; Deslocamento dos representantes indígenas e
76 respectivos custos; Definição de quem será responsável pelo custeio da
77 participação. Luciana Egewarth enfatizou que a participação só será efetiva se
78 houver planejamento logístico e orçamentário para viabilizá-la. A presidente
79 explicou que, no processo eleitoral do comitê, houve divulgação regular conforme
80 os modelos adotados em outros CBHs, mas apenas uma entidade indígena (da
81 Terra Pimentel Barbosa, fora da área direta da bacia) apresentou inscrição dentro
82 do prazo. As demais comunidades manifestaram interesse após o encerramento
83 do prazo, justificando que não tiveram acesso adequado à informação. A
84 presidente destacou que essa situação gerou o impasse atual: há uma inscrição
85 válida, mas fora da área direta da bacia; há terras indígenas dentro da bacia que
86 não participaram; e é preciso decidir se o processo será complementado ou
87 reiniciado, de forma a garantir a inclusão de todos os interessados. Máira Ribeiro
88 apresentou mapa com as terras indígenas da região e explicou sua distribuição
89 geográfica, reforçando que o Rio das Mortes tem valor central para o povo
90 Xavante e que sua proteção motivou o pedido original de criação do comitê.
91 Destacou que os indígenas ficaram frustrados ao saber, tardiamente, que o
92 processo de composição já havia ocorrido, reforçando a necessidade de melhorar
93 a comunicação institucional com as aldeias. Leonice Lotufo retornou à fala
94 expressando preocupação com os custos da ampliação da representatividade
95 indígena. Relatou experiências anteriores em que a logística inviabilizou a
96 continuidade da participação. Propôs que o processo atual seja mantido,
97 registrando em ata a posição favorável à ampliação, desde que as entidades
98 indígenas assumam a responsabilidade pela viabilização da participação de seus
99 representantes. A presidente apresentou três possíveis alternativas para

100 deliberação: Manter o processo eleitoral existente, com complementações
101 posteriores; Anular o processo e iniciar novo edital; Manter as inscrições já
102 realizadas e abrir processo complementar para correção dos vícios identificados.
103 Leandro Obadowiski destacou que a terceira via é a mais viável, pois não anula
104 os atos válidos e corrige os vícios de forma “complementar e corretiva”. Essa
105 alternativa, segundo ele, atende à recomendação da Sub-Procuradoria e evita
106 prejuízo às entidades que já haviam se inscrito. Leonice Lotufo concordou em
107 simplificar as opções, propondo duas alternativas finais: Manter o processo e abrir
108 edital complementar para inclusão de novos participantes; ou Anular e iniciar novo
109 processo. Ela reforçou que há consenso entre os membros sobre a importância
110 de acolher as comunidades indígenas. Após os debates, a presidente submeteu
111 as duas opções à votação: Opção 1: manter o processo e abrir edital
112 complementar; Opção 2: cancelar e reiniciar. O resultado foi unânime pela opção
113 1. Definida a opção vencedora, discutiu-se quem conduziria os ajustes no edital
114 e a execução do novo processo. Leandro Obadowiski e a secretária do CEHIDRO
115 esclareceram que: A Câmara Técnica deverá emitir parecer técnico formal,
116 registrando a decisão e as recomendações; O parecer será submetido ao Plenário
117 do CEHIDRO em 13 de novembro; Caso aprovado, a Comissão Pró-Comitê do
118 Alto Rio das Mortes ficará responsável por sanar os vícios, elaborar o novo edital
119 complementar e conduzir o processo eleitoral; A CTGPar deverá propor uma
120 minuta de resolução prorrogando o prazo da Comissão por até 180 dias, para
121 conclusão dos trabalhos da Comissão Pró-Comitê. Daniela Maimoni questionou
122 se as vagas indígenas seriam destinadas a cada comunidade ou a cada etnia.
123 Leandro Obadowiski explicou que o Regimento Interno atual prevê uma vaga por
124 etnia, mas a proposta da Funai, apresentada por Maíra Ribeiro, sugere uma vaga
125 para cada Terra Indígena (TI) inserida na bacia — Sangradouro, São Marcos,
126 Areões e Meruri — além da participação da etnia Bororo, já prevista. Maíra
127 justificou que essa mudança reflete o pedido das lideranças Xavante, garantindo
128 representação efetiva e proporcional às comunidades diretamente impactadas
129 pela gestão da bacia. Ela reforçou que o Parecer Jurídico n.
130 00174/2025/SGDMA/PGEMT apoia essa forma de representação e que as
131 dificuldades de participação (idioma, deslocamento, logística) demandam um
132 modelo mais inclusivo. Leonice Lotufo e Inês de Oliveira Alves manifestaram

133 preocupação com possíveis efeitos de desequilíbrio caso outras categorias
134 reivindiquem ampliação proporcional, defendendo que a resolução e o parecer
135 esclareçam o caráter excepcional e autônomo da representação indígena, de
136 modo a não afetar a paridade entre poder público e sociedade civil. Leandro
137 Obadowiski reforçou que, conforme o parecer jurídico, a inclusão indígena ocorre
138 em um “segmento neutro”, não interferindo na paridade legal, e que essa solução
139 atende tanto ao princípio da participação quanto à regularidade do processo.
140 Após discussão, foi aprovada por maioria a inclusão de um representante por
141 cada Terra Indígena localizada na bacia (Sangradouro, São Marcos, Areões e
142 Meruri), devendo o Regimento Interno do CBH Alto Rio das Mortes ser atualizado
143 para refletir essa alteração. Também ficou deliberado que: Será elaborado
144 parecer técnico da CTGPar com os seguintes pontos: Manutenção das inscrições
145 válidas e abertura de edital complementar corretivo; Anulação da reunião de
146 posse anterior, com novo processo de instalação após o edital complementar;
147 Prazo de até 180 dias para conclusão do processo eleitoral; Inclusão de quatro
148 vagas indígenas (uma por TI) e previsão de atualização do Regimento Interno;
149 Recomendações para garantir a comunicação adequada com as comunidades
150 indígenas e apoio logístico para participação. Durante o encerramento, a
151 presidente informou que o parecer técnico será encaminhado ao CEHIDRO,
152 juntamente com a minuta de resolução de prorrogação da Comissão Pró-Comitê.
153 Adriano Voigt entrou ao final da reunião questionando a anulação da posse
154 anterior, argumentando que o processo original seguiu a normativa vigente à
155 época e que o comitê já havia contemplado Funai e duas etnias. A presidente
156 esclareceu que a decisão da Câmara Técnica visa corrigir vícios formais
157 apontados pela SUBPGMA e não invalidar o mérito do trabalho realizado.
158 Destacou que o tema será submetido ao Plenário do CEHIDRO para validação
159 final. Na próxima reunião da CTGPar será formado grupo de trabalho para a
160 revisão e atualização da Resolução CEHIDRO n. 167, de 13 de julho de 2023,
161 que institui critérios gerais na formação e funcionamento de Comitês de Bacias
162 Hidrográficas no Estado de Mato Grosso. A SEMA já manifestou interesse em
163 compor o mencionado grupo de trabalho. A próxima reunião da CTGPar restou
164 agendada para o dia 29 de outubro de 2025, às 9h. Nada mais havendo a tratar,

165 às 11h25, a Presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos e,
166 eu, Danielly Guia da Silva, lavrei a presente ata.

167

168 **Pâmela Sangaleti de Souza**

169 Presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa